

RESUMO

Pinçados aqui e ali, entre uma discussão e outra, um conjunto de enunciados foi sendo coletado, em virtude de chamar a atenção pelo seu uso polarizado dos dêiticos “eu” e “você”, via de regra, acentuando o “eu” com uma carga positiva, porque o locutor estaria agindo de forma adequada e racional, e o “você” com uma carga negativa, porque o interlocutor não estaria atendendo aos ditames do que determina o comportamento previsto. A observação desta polaridade enunciativa permite afirmar que as relações amorosas são egocêntricas e demandam que o “você” satisfaça não a si mesmo, mas ao outro, recebendo qualificações demeritórias, quando não atende a essas demandas. Pode-se pleitear que o ser amado é amado na medida em que faz o que o outro espera dele, passando a ser recriminado, quando frustra as expectativas do parceiro. Dito de outro modo: ama-se a si mesmo em detrimento do outro.

PALAVRAS-CHAVE: discurso amoroso, elementos dêiticos, egocentrismo.

EU E VOCÊ: FRAGMENTOS DE DISCUSSÕES AMOROSAS

João Carlos Cattelan*
Luciane Thomé Schröder**

ABSTRACT

Taken here and there, from an argument or another, a set of statements was collected for calling the attention by their polarized use of the deictics *I* and *you*. The use usually accenting the *I* with a positive sense, because the speaker would be acting in a rational and right way, and the *you* with a negative sense, because the interlocutor would not be following the rules that determines the expected behavior. The perception of this enunciative polarity allow us to state that the loving relationships are self-centering and demand that the *You* satisfy not exactly yourself, but the other, receiving belittled qualifications when not answering to these requirements. We can plead that the loving being is loved since he does what the other expects from him/her, and may be recriminated when he/she frustrates the partner expectations. Saying it in another way, we love ourselves in detriment of the other.

KEY WORDS: loving discourse, deictic elements, self-centering.

* Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)/Campus de Marechal Cândido Rondon e do Programa de Mestrado de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: cattelan@brturbo.com.br

** Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)/Campus de Cascavel. E-mail: ltschroder@brturbo.com.br

Seja porque o idealismo platônico logrou tornar-se uma presença significativa nas culturas humanas, porque o cristianismo conseguiu alcançar fronteiras que talvez nunca tenha imaginado, porque, em decorrência desses dois sistemas de pensamento, sistemas filosóficos, religiosos e sociológicos tenham se erigido, ou porque, no bojo desses ideários, o movimento literário romântico tenha conseguido um êxito e um alcance de penetração mais enfático do que outro qualquer (ou por outras razões, ainda, que não se percebe nem se conhece), a representação cultural que parece continuar dando o tom do que os homens pensam sobre o amor é a proveniente dessas práticas discursivas, que concebem esse sentimento como incondicional, gratuito, altruísta e abnegado. Embora certas correntes sociológicas, filosóficas e psicanalíticas, porém, apontem para o fato de que o homem não é um ser naturalmente vocacionado para amar o próximo, ainda assim o amor é visto como doação e realização que ocorre a partir da realização do outro: renúncia.

Refletir sobre esse imaginário representa uma dificuldade, dado que é difícil afastar-se da cultura de que se faz parte e observá-la verticalmente: vê-se o que os outros fazem e se considera que é assim que deve ser. Ausentar-se para a observação crítica é uma atividade laboriosa e, freqüentemente, nem sequer é uma demanda necessária. Além disso, o discurso amoroso, diferentemente de outros, ocorre numa intimidade hermética, sendo difícil o acesso a quem pretenda analisá-lo. Nesse sentido, parece ser mais fácil acessá-lo nos seus momentos de crise do que nas ocasiões em que goza de bem-aventurança. E, então, vê-se a dificuldade redobrar, porque, se o acesso ao discurso amoroso bem-comportado apresenta dificuldades, a observação de quando ele falha e deixa de atender aos ditames da moral costumeira gera uma dificuldade ainda maior, porque ser exposto, quando se rompe com as expectativas sociais é, no mínimo, constrangedor. No entanto, talvez, em nenhum outro lugar, seja mais visível o funcionamento real do discurso amoroso do que no momento em que ele entra em crise e permite que as pessoas digam o que pensam sem um controle mais efetivo sobre os enunciados que proferem.

As reflexões apresentadas neste estudo resultam da análise de um conjunto de enunciados pinçados aqui e ali, entre uma discussão e outra, e que chamam a atenção pelo uso peculiar que é feito dos dêiticos pessoais “eu” e “você” e do conjunto de pressupostos e inferências que veiculam ao serem produzidos. Os enunciados, colhidos em diferentes momentos, foram elaborados por três casais distintos. A análise de um número pequeno de enunciados, de um número reduzido de casais e de poucos momentos observados não pode pretender enunciar leis de comportamento, mas somente efetuar um convite à observação, embora se possa afirmar que ela aponta alguns resultados, no mínimo, intrigantes.

Contra o sonho e o desejo de uma língua perfeita que se volte sobre o mundo e se pronuncie unicamente sobre ele, numa pura funcionalidade de constituir proposições sobre fatos e eventos verificáveis em termos de condições de verdade, determinados acontecimentos lingüísticos apontam para a impossibilidade de a língua poder ser tomada como pura forma de referência ao mundo, ou como instrumento de comunicação, e impõem que o contexto de ocorrência em que ela se manifesta deva ser considerado para que o sentido possa ser deduzido. Dito de outro modo, contra a tentativa de tomar a língua como espelho do mundo, colando-se a ele e compondo um conjunto de etiquetas e rótulos que o organizariam, vai-se perceber que ela, mais do que apontar para o mundo, aponta para aquele que a usa, devendo ser tomada como manifestação de subjetividade e individualidade.

Principalmente no que tange à interação face a face (o que não significa que não aconteça nas demais formas de interação), a língua se vale de um conjunto de elementos que, mais do que serem lidos como remetendo a um sistema de referência objetivo e empírico, devem tomar como eixo de organização o locutor que produz o discurso, já que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 1988, p. 286; grifos do autor). A língua põe à disposição do usuário, portanto, um conjunto de índices lingüísticos, por meio dos quais o locutor se eleva à condição de centralidade da articulação do discurso que produz, fazendo com que os eixos de pessoa, tempo e espaço (afora todos os outros que constituem, de acordo com Bar-Hillel (1982, p. 30), “relações poliádicas”) tenham em torno de si a razão de sua escolha. Para Benveniste (1988, p. 289), “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão”. É verdade que o autor está pensando numa subjetividade que se manifesta apenas em parte da língua, isto é, num determinado conjunto de índices privilegiados que apontam para a enunciação, conjunto de elementos que o autor denomina de “aparelho formal da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 81). Deve-se questionar se a língua não é integralmente um aparelho formal da enunciação e se o funcionamento indicial não é uma de suas características ubíquas. A própria noção de discurso como apropriação individual pode ser (e é) questionada. Mas o que interessa aqui, sobremaneira, é o fato de que “a instância do discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito” (BENVENISTE, 1988, p. 289).

É necessário, pois, admitir que a língua não é autônoma, em termos de ser auto-explicativa, e demanda a entrada de terrenos outros no campo de observação dos discursos, quando se trata de vê-los em funcionamento e teleologicamente orientados. Como afirma Bar-Hillel (1982, p. 23), “mesmo

uma investigação muito superficial dos hábitos lingüísticos dos usuários da língua corrente revelará que há fortes variações no grau de dependência da referência das expressões lingüísticas em relação ao contexto pragmático de sua produção”. Talvez, deva-se chamar a atenção para o fato de que a variação de grau de dependência a que o autor faz referência, dentro da sua ótica, ocorra porque há expressões tipicamente indiciiais, enquanto outras não o seriam, tese que pode ser posta sob suspeita, já que, do ponto de vista discursivo, toda materialidade lingüística possui uma relação intrínseca com a sua exterioridade. O discurso e o sentido não podem ser especificados sem o recurso ao que é exterior a língua: a história, a cultura e a sociedade.

O que se espera estar frisando na justa medida é o fato de a língua ser constituída por um conjunto de elementos (já se disse, se não forem todos eles) que não podem ser explicados e compreendidos sem que o contexto da enunciação/discurso seja levado em consideração. Por meio da constituição de um eixo dêitico que estabelece o eu/aqui/agora ao redor do qual se articulam os demais componentes do texto/discurso, as formas lingüísticas são arrebanhadas e dispostas de forma a fazer com que efeitos de sentido circulem entre os interlocutores. Que esse eixo dêitico que, lingüisticamente, aponta para o locutor textual seja relativamente determinado por questões sociológicas, psicanalíticas ou antropológicas é uma questão a que não se dará atenção, até porque esta é uma discussão que cabe a outros.

Dependendo do ponto de vista e, por que não dizer, do gosto do pesquisador, o locutor sujeito pode ser concebido como determinado cabalmente pelo superego cultural que o açambarca, pode ser entendido como plenamente assujeitado pelo inconsciente psicanalítico que o domina ou pode ser visto como estando atravessado pela herança imemorial do homem que logrou vencer as batalhas evolutivas a que foi submetido e que guarda, entranhada em si, a memória de lutas e conquistas que teve de enfrentar e buscar. A opção por um ou por outro caminho traz problemas e deixa lacunas e mistérios em aberto, já que, como afirma Berger (2004, p. 75), não existe uma “pílula mágica que se engoliria para que todos os horizontes se arrumassem automaticamente em seus lugares”. Para o autor, tal pretensão é apenas o acréscimo de “mais uma mitologia a todas as outras que prometem alívio às ansiedades epistemológicas” do homem. Buscar-se-á, pois, não estabelecer uma posição sobre essas questões, mas tão-somente explicitar a prática discursiva que os fragmentos coletados permitem entrever.

Neste estudo, leva-se em conta, sobretudo, o fato de que, nos três acontecimentos analisados, os pólos do “eu” e do “você” são os centros organizacionais dos enunciados, e o seu uso deixa entrever como se acredita que as relações amorosas devam ocorrer, tornando-se a ruptura com tais expectativas motivo para discussões, dissensões e troca de expressões nada

lisonjeiras ou elogiosas, nada amorosas. O ponto de vista que se mantém ao longo da análise é o de que, mais do que um sentimento de abnegação altruísta, o amor é um sentimento egocêntrico de busca de gratificação e satisfação do sujeito, uma coisa nada romântica.

PRIMEIRO EPISÓDIO

A.1) – Como você teve coragem de olhar para ela daquele jeito? Eu me visto de forma comportada e você vai dar atenção a este tipo de coisa!!! Você é um quarentão imaturo!!!

– E você é uma adolescente pentelha e mesquinha!!! Não suporto que você duvide de mim: que desconfiança, caramba!!!

A.2) – Eu fui lá falar com você, mas você não quis!!! Você fica emburrado e não fala mais comigo!!! Você estava dormindo, eu deitei do seu lado e você trocou de cama!!!

Esse primeiro evento ocorreu num momento em que o casal foi a uma pizzaria e uma amiga da mulher veio cumprimentá-la. Ela trajava uma blusinha, um sapato de salto alto e uma minissaia bastante ousada. Diante do olhar indiscreto e ostensivo dele para as pernas da amiga, a mulher encerrou o assunto com ela e, assim que a outra se afastou, levantou-se, saiu da pizzaria e foi para casa. Os dois fragmentos transcritos, A.1 e A.2, ocorreram na noite do evento e na manhã seguinte. Como se frisou, os turnos de fala e os enunciados produzidos giram em torno de dois elementos focalizados e topicalizados: os dêiticos “eu” e “você”, que remetem ao homem e à mulher envolvidos pelo acontecimento e permitem que se estabeleça um confronto entre ambos, mediando a predicação elogiosa de um e demeritória de outro. Cabe ressaltar que entre os componentes do casal existe uma diferença de idade acentuada.

Em A.1, turno de fala produzido pela mulher, no primeiro enunciado, ela repreende o homem pelo fato de ele ter olhado para a amiga “daquele jeito”, o que significa, no mínimo, duas coisas: ele poderia olhar para a outra, mas não de uma forma que demonstrasse cobiça e nem para determinada região do seu corpo, donde se pode inferir que ele agiu em desacordo com determinado padrão, já que, em tese, homem comprometido não pode olhar de certa forma para outra e nem se sentir atraído por ela. O seu pecado reside no fato de manifestar, aparentemente, desejo por outra (mesmo que não o realize, ele estará pecando em pensamento), o que revela a dissonância em relação ao princípio “não cobiçarás a mulher do próximo”. Nem há como negar que o desejo tenha de fato existido, já que a atividade *voyeur* do infrator o denuncia e revela o que prende a sua atenção. Deve-se atentar para o termo “coragem”, que tanto remete ao fato de o transgressor cometer o deslize na

frente da mulher (talvez “como você pôde fazer isso na minha frente?” seja a pergunta que ela esteja realmente fazendo, o que geraria uma pressuposição do tipo “desde que não fosse na minha frente, eu compreenderia” (estaria a mulher disposta a condescender com a atitude do homem, desde que tida no momento mais adequado? ou “imagina do que você não é capaz na minha ausência!”). Conscientemente, parece óbvio que não; discursivamente, esse efeito de sentido parece se fazer possível), quanto de ele transgredir uma norma social que determina que a fidelidade deve ser perene. Sustentando o primeiro enunciado, pode-se ouvir o princípio do discurso católico que determina que não se deve cobiçar a mulher do próximo e nem cometer adultério. Com o uso do dêitico “você”, que remete ao seu parceiro, a mulher, locutora do primeiro enunciado, o coloca na situação inescapável de delituoso: ele não poderia, na situação em que se encontra, admirar ou apreciar outra mulher, já que tem uma e isto deve lhe bastar. Se o amor fosse o que se diz que ele é (a aceitação incondicional do que faz o outro feliz), talvez o que devesse ocorrer fosse a admissão do *voyuerismo* do parceiro (expectativa frustrada, no caso, admitindo-se que ela existisse, é claro), o que não ocorre, porque o amor, na verdade, é amor a si mesmo e a busca da própria satisfação – esta é a tônica que percorre todos os episódios.

No segundo enunciado, por meio do dêitico “eu”, a mulher refere-se a si mesma de forma elogiosa, entendendo que vestir-se “de forma comportada” é um ponto positivo a seu favor, contrariamente à outra, que estaria vestida de uma maneira inadequada e não mereceria a admiração que lhe foi concedida. Para ela, há uma forma comportada de se vestir e quem a obedece merece ser apreciado, o mesmo não valendo para quem o contradiz. Ela, mais do que a outra, mereceria ter sido olhada com desejo e seria digna de elogios, pois estaria agindo de uma maneira decente. É essa forma de entendimento que explica o espanto demonstrado no enunciado seguinte com relação ao comportamento do homem: dar atenção “a este tipo de coisa”, expressão que carrega consigo uma carga depreciativa e que sobredetermina o dêitico “você”, que remete ao interlocutor, com traços demeritórios. Diante de duas mulheres, uma vestida de “forma comportada” e a outra não, o bom senso determinaria que apenas uma delas fosse admirada; no entanto, o infrator agiu de forma inesperada, dando atenção a algo que não devia: inconcebível que ele o tenha feito, já que aquela que o ama está ao seu lado e, portanto, merece a inteireza da sua atenção e admiração. E, como forma de arremate para os argumentos apresentados anteriormente, vem o enunciado final na forma de deprecição em relação ao homem: um “quarentão imaturo”.

Chama a atenção, além do dêitico “você”, que remete ao interlocutor a predicação enunciada, os qualificativos “quarentão” e “imaturo”, que veiculam pressupostos e inferências. Com relação a “quarentão”, pode-se afirmar que

a expressão qualificativa é sobredeterminada com um efeito pejorativo, pois o movimento de raciocínio se dá sustentado pela crença de que, após uma idade, as pessoas já devem ter adquirido um certo grau de amadurecimento e não mais estão aptas para algumas atividades. Com o qualificativo, a reprimenda permite entrever que o desejo e a cobiça são admitidos como normais até certo ponto da vida e sob determinadas condições; após esse limite, certas atitudes não são mais admitidas e, ocorrendo, revelam a infantilidade do transgressor, com tal característica possuindo um valor depreciativo. Por meio do uso de um termo que desqualifica, uma forma de ver a criança e o idoso é revelada. De qualquer modo, o acento crítico sobreposto ao termo “quarentão” tem o objetivo de desprestigiar quem o recebe: “você”, que só é repreendido por não atender ao que o “eu” ambiciona. Com relação a “imaturo”, a reflexão é a mesma e o movimento lógico se dá no sentido de que um “quarentão” deveria ser “maduro” e não ter alguns comportamentos; se ele os tem, é imaturo e, portanto, merece a sanção negativa que recebe. Que a voz do povo diga que os homens, aos quarenta, estão na idade do lobo (com o efeito de sentido que lhe é decorrente, o qual contradiz, se estiver certo, a expectativa da locutora), embora haja um grande número de piadas em relação a essa pretensão, não é algo que se revela como tendo alguma relevância para a locutora. Para ela, importa que o interlocutor não atende ao seu desejo de vê-lo portar-se como ela espera que ele o faça, atendendo à sua expectativa e não à dele.

Mas, antes que se deduza que se está fazendo a apologia da liberalização dos costumes e que a mulher é um freio para que ela aconteça, deve-se observar o enunciado seguinte, turno de fala do homem, que não muda a tônica da atitude dos parceiros. À acusação de ser um quarentão imaturo, a resposta é dada no sentido de desqualificar a mulher, chamando-a de “adolescente” (o que equivale a afirmar que ela é imatura e não preparada para a vida e revela o preconceito existente com relação a determinada faixa de idade), “pentelha” (o que a equipara a uma pessoa chata, ranzinza e resmungona) e “mesquinha” (no sentido de ser preocupada com detalhes irrisórios, irrelevantes e insignificantes – do ponto de vista dele). Isto permite dizer que a atitude de desmerecimento tido pela mulher é seguida à risca pelo homem: a troca de gentilezas é de mão dupla. Assim como o “eu” do primeiro turno de fala desqualifica o “você”, o “eu” do segundo o faz: em tese, porque um não atende às expectativas do outro, no sentido de permitir a realização daquilo que é esperado.

O segundo enunciado materializa a insatisfação do homem com relação à desconfiança da mulher, uma atitude que, do ponto de vista dele, não se justificaria, pois o olhar dirigido à outra não teria, supostamente, a significação a ela atribuída, o que parece poder ser posto sob suspeita, pois,

se não houvesse o desejo, a admiração e a cobiça, o olhar não aconteceria, pelo menos, não de forma tão ostensiva e, muito menos, na condição em que ocorreu: na frente da parceira. Pode-se considerar o enunciado produzido como uma denegação, pois a negativa tem mais um caráter de asseveração afirmativa. Entre auto-elogios e depreciações, acusações e defesas, conceitos e preconceitos, importa perceber que a contenda se estabelece pelo fato de os parceiros não atenderem às expectativas um do outro, podendo-se afirmar que o que permeia o diálogo entabulado é o amor a si mesmo e o desamor ao outro: no mínimo, eles não têm o mesmo grau de exigência.

Após a discussão acontecida na noite anterior, da qual foi pinçado A.1, o casal dormiu em camas separadas. A mulher procurou, durante a noite, deitar-se ao lado do homem (o que, talvez, não devesse ter feito, já que, do ponto de vista cultural sobre como devem ocorrer as relações do casal, foi ele quem cometeu o equívoco e não ela), e este, então, mudou de cama. A.2 ocorreu, quando a discussão foi retomada no dia seguinte. O turno de fala foi todo produzido pela mulher, e a tônica dos enunciados está focalizada na crítica às atitudes dele, que permanece em silêncio, aparentando estar ofendido com a desconfiança da mulher no dia anterior. Outra vez, dar-se-á atenção ao funcionamento da polaridade dêitica “eu” x “você”.

Nos enunciados que são articulados a partir do elemento exofórico “eu”, percebe-se a ênfase da mulher em atitudes que ela teria tido no sentido de buscar a superação do conflito, em tese, demonstrando maturidade e serenidade. Ela teria ido falar com ele e ela teria deitado ao seu lado, numa clara tentativa de busca de reconciliação. Ele é que, teimoso e obstinado, não teria aceitado as investidas e teria permanecido numa atitude de birra e orgulho, traços que levam a inferir a caracterização negativa feita do parceiro. Precipitadamente, poder-se-ia concluir que a mulher agiu com maturidade, enquanto o homem estaria tendo uma atitude não-adulta. No entanto, parece pertinente observar que, se a mulher teve tais atitudes, foi porque o ganho que teria com elas a gratificaria, dando-lhe de volta o outro, nas condições desejadas. Em mira, está, portanto, a busca da própria satisfação.

Nos casos em que A.2 se articula em torno do pronome pessoal “você”, os enunciados possuem um traço comportamental recorrente de caracterização negativa do interlocutor, dando-o como renitente, teimoso e obstinado. Apesar da suposta boa vontade e da abertura da mulher para a reconciliação, ele teria permanecido magoado com a ofensa sofrida e estaria tendo dificuldades para perdoá-la pela atitude que teve (na verdade, a atitude dele, talvez, devesse ser lida mais como a manifestação da assunção de culpa) e pelo fato de ter agido inadequadamente (sempre é difícil assumir a culpa; é preferível encontrar alguém que a possa carregar), do que propriamente de alguém que foi ofendido e tenha algum direito a desculpas. Bastaria trocar

os parceiros na noite anterior, com a mulher manifestando a atitude dele, para verificar se ele, então, não teria a atitude de reprovação dela e a birra que ele mesmo apresenta agora (não querendo falar com ela, nem se deitar ao seu lado). Resta atentar para o fato de que aquilo que é dado como negativo pela mulher só o é, porque deixa de atender à demanda de colocar o homem na condição desejada para satisfazê-la em relação ao que espera. Enfim, as atitudes do homem apenas são inadequadas, porque não atendem à finalidade de fazer o que a mulher deseja que ele faça, assim como as atitudes tidas pela mulher na busca de superação do conflito só ocorrem e são dadas como positivas, porque, atingindo o seu objetivo, dar-lhe-iam o que efetivamente almeja: realização, satisfação e gratificação, o que permite afirmar (o funcionamento do “eu” e “você” nos enunciados mostra isso) que não se ama o outro, mas a si mesmo por meio do outro: o outro não é o ser amado, mas o ser que permite que alguém ame a si mesmo da forma que deseja. Talvez, as separações de casais não ocorram, porque se deixa de amar o outro, mas porque ele não permite mais que a pessoa possa amar a si mesma da forma que gostaria. Não se ama uma pessoa, porque ela está satisfeita e realizada, mas porque ela permite que tais estados psicológicos ocorram naquele que diz amar o outro.

SEGUNDO EPISÓDIO

B.1) – Você define as coisas sem me consultar: como foi se demitir sem eu poder opinar?

– Eu estou frustrada, não gosto do meu trabalho e você ainda quer me forçar a ficar lá?

B.2) – Ué, não foi você que virou a cara comigo?

– Ninguém merece o teu jeito de agir!!!

– Você é um ser desprezível e insuportável!!!

O segundo episódio ocorreu, quando a mulher, alegando exaustão e incômodo com o seu trabalho, demitiu-se, sem consultar o parceiro, passando, a partir de então, a trabalhar num local apenas. A discussão do casal se deu basicamente pelo fato de ele não concordar com a atitude e, talvez justamente por isso, de não ter sido consultado com antecedência, sendo apenas comunicado, depois que a situação estava definida.

O primeiro turno de fala, produzido pelo homem, revela o seu incômodo pelo fato de a mulher ter-se demitido sem consultá-lo, a partir do que realiza uma generalização, atribuindo à parceira a atitude de, recorrentemente, por meio de “as coisas” (portanto, todas as coisas), definir situações sem se importar com a opinião que ele possa ter. O interlocutor, por meio do dêitico “você”, é mostrado como agindo inadequadamente, e essa inadequação se

deveria ao fato de o locutor (“eu”) não poder opinar. Ou seja: o interlocutor teria agido contrariamente à decisão do parceiro e o teria desagradado duplamente: não o consultou e fez o que ele não desejava. A base da acusação em jogo é a de ter agido sem que o parceiro pudesse exprimir o que pensava. Vê-se, aí, manifestado o princípio de crença de que, em casal, as coisas se definem em conjunto e não isoladamente. Eis que se cria, então, um inelutável paradoxo condicional. Contrariamente a se imaginar que apenas a mulher esteja agindo de forma inadequada, deve-se perceber que o homem também o faz, pois, se fosse consultado, o seu turno revela a sua contradição em relação ao comportamento dela. Se o consultasse, ela não poderia se demitir; para poder se demitir, deveria fazê-lo sem que ele desse o seu consentimento, desagradando-o. Duas saídas irreconciliáveis, porque, de qualquer forma, um ficaria descontente. Entre estar descontente e descontentar o parceiro, a segunda via é escolhida, dando o resultado que se observa. Diante de uma decisão que afetava a ambos, pode-se afirmar que cada um faria o que mais lhe agradasse, impondo o seu ponto de vista e a sua própria satisfação; os interlocutores estão, portanto, egocentricamente organizados, pondo-se acima das opiniões do outro. Não se pode afirmar que a reconciliação acabe ocorrendo, mas a briga revela cristalinamente uma das causas das discórdias do casal: o não-atendimento à satisfação do outro.

O segundo turno de fala, produzido por ela, que corrobora as conclusões apontadas em relação ao primeiro, relaciona as causas da atitude da locutora e, numa gradação crescente, ela procura demonstrar ao outro o seu suposto egoísmo: ela estaria frustrada e insatisfeita e ele, se pudesse, a forçaria a continuar vivendo em tal situação, obrigando-a a submeter-se a uma vida desagradável. Não se pode deixar de perceber o confronto de desejos e vontades entre as duas pessoas e a busca inescapável de cada um atender ao que demanda, com o outro devendo fazer o que lhe cabe para que a vontade do parceiro seja satisfeita. Na medida em que não é, a desavença ocorre, ratificando a tese esboçada de que o outro é amado na proporção em que permite que o parceiro ame a si mesmo e satisfaça aos seus próprios anseios.

Os dois turnos de fala da primeira parte desse episódio revelam que uma encruzilhada se achava diante do casal, e qualquer saída seria indesejável para um deles. Se ela consultasse o parceiro, permaneceria no trabalho, ficando frustrada e vivendo uma situação que não desejava para si, mas ele estaria feliz (talvez). Ela poderia consultá-lo e tomar a decisão mesmo assim, mas a desavença seria mais contundente e, a qualquer tempo, o fatídico “eu não te falei?” seria possível. Nesse sentido, o princípio usado foi o de que o que não tem remédio remediado está e, talvez, por isso, a consulta não tenha sido feita, até porque se pode pleitear que a parceira já antevia o resultado da conversa, se ela ocorresse. Mas, se ela não consultasse e tomasse a decisão

que tomou (o que de fato ocorreu), ela é quem estaria bem, deixando de estar submetida à situação provocadora de desprazer, embora, com isso, o desagrado passasse para o lado oposto. Entre um extremo e outro, a decisão foi pelo prazer próprio, o que não significa que se deva imaginar que a mulher seja o peso negativo da balança, já que, se o poder de decisão passasse para o outro lado, o princípio do prazer passaria a atender ao outro. De qualquer forma, um dos parceiros sairia chamuscado, com o outro estando realizado e não tendo que conviver com uma situação de desprazer. Talvez se possa pleitear que o fato de a decisão ter sido tomada sem uma consulta anterior seja agravado, porque a locutora é mulher, mas, aparentemente, o turno de fala poderia ter sido produzido por ele (ou por qualquer outra pessoa), sem que as mesmas inferências e pressuposições deixassem de ser veiculadas.

Após um intervalo de tempo em que os parceiros ficaram sem se falar, a controvérsia foi retomada e, dela, foram pinçados os turnos de fala relatados. O primeiro, produzido por ela, revela que um novo elemento vem se acrescentar aos anteriores: além de não ter aceito a sua decisão, ele teria se tornado irascível, ignorando a parceira por um tempo; ou seja, já que ela não atendeu ao que a “normalidade” impunha, ele devia puni-la com o silêncio e com a indiferença (simulada). O enunciado permite concluir que a mulher se mostra como alçada à condição de estar agindo adequadamente, enquanto seu parceiro é mostrado como punitivo, intransigente e teimoso, por não aceitar a decisão tomada por ela. Ele, portanto, é posto na condição de equivocado, pois, em tese, se dependesse dela, o “diálogo” ainda ocorreria, o que revela algum indício de admissão de “culpa” (se é que isto deve ser posto em pauta) e de necessidade de se justificar: melhor dizendo, de ter a chance de levar o outro a concordar com a atitude da parceira, permitindo-lhe continuar se amando através dele.

A resposta dele vem, de novo, na forma de uma generalização (não se pode esquecer de que foi um fato específico que provocou a desavença), reprovando não apenas a decisão pontual que foi tomada, mas abrangendo o “jeito de agir” da parceira, expressão em que podem caber quaisquer atitudes, embora se saiba ser apenas uma a causa da briga. Talvez, estejam sendo incluídas, nesse momento, atitudes do passado que se somam à atual ou, talvez, ele apenas esteja antevendo movimentos futuros da parceira que já possam ser prevenidos. De qualquer forma, o enunciado revela a reprovação da decisão tomada por ela, ratificando que, se ele pudesse, teria evitado que ela a tomasse, satisfazendo a si próprio.

O terceiro turno de fala, produzido por ela, explode numa adjetivação nada amorosa: ele seria “desprezível” e “insuportável”, o que cria um paradoxo aparentemente insolúvel. Se ela está com ele e ele tem tais características, por que ela estaria com ele? Pode-se afirmar que as qualificações atribuídas ao

parceiro nada têm de ontológicas e dizem respeito ao episódio em questão, devendo ele permitir que a mulher ame a si própria no restante das situações. Dito de outro modo: ele é “desprezível”, porque, em teoria, se pudesse, a faria permanecer no trabalho, submetendo-a a uma situação desagradável e satisfazendo-se a si mesmo (esse qualificativo é derivado do turno de fala dela na primeira parte do episódio) e é “insuportável”, porque não se abre para a conversa (“virou a cara comigo”) e não permite que ela se justifique e o convença a admitir que ela agiu corretamente, merecendo ser compreendida e ser feliz. O silêncio dele a estaria impedindo de explicitar as razões que deveriam convencê-lo da adequação da atitude tomada. Pode-se afirmar que, tendo sido superada a discórdia, ele não mais será “desprezível” e “insuportável” e nem ela terá “um jeito de agir que ninguém merece”, pois ambos reassumirão o princípio de atender ao que é esperado de si para que o outro possa amar a si mesmo.

TERCEIRO EPISÓDIO

C.1) – Você não quer ter um filho meu, que é uma coisa que cria um laço entre o casal?

C.2) – Eu pensei muito e queria dizer que você é mais importante que outras coisas pra mim!!!

– Eu não vou carregar para o resto da vida a frustração de outra pessoa!!!

Esse terceiro episódio se diferencia dos demais pela agudeza da temática abordada: trata-se da decisão de ter ou não um filho, decisão que, enquanto a mulher estava disposta a tomar, o homem não partilhava. A discussão sobre ter ou não um filho se sobrepõe aos demais confrontos e, talvez justamente por isso, revele com maior limpidez a preocupação com a auto-realização e a manutenção da satisfação e do prazer próprio. Esse terceiro acontecimento discursivo, como os demais dividido em dois momentos, ocorreu numa ocasião em que pairava no ar a ameaça de separação do casal, caso a mulher persistisse na decisão de querer ter um filho. Em cada enunciado, pode-se sentir a ânsia de auto-satisfação, mesmo que ela custe sacrifícios, às vezes, bastante acentuados ou renúncias, às vezes, inumanas.

O primeiro turno de fala, produzido pela mulher, é dirigido ao marido por meio do dêitico “você” e a pergunta, de certa forma, é retórica, pois a locutora já tem a resposta (uma resposta depreciativa e pejorativa, é necessário que se reconheça) ou, então, é, claramente, desafiadora e injuntiva, no sentido de deixar ao interlocutor apenas a possibilidade de atender ao desejo dela. O que está em jogo é o desejo de ter um filho, de realizar um sonho e atender a um prazer, desejo que é negado pelo homem, que, portanto, tem outras demandas para atender à sua satisfação. São duas vontades e dois princípios

de satisfação que se opõem e geram a contenda que se verifica. O enunciado da locutora tem, pois, a finalidade de argumentar contra o posicionamento do parceiro e a ambição de levá-lo a mudar de idéia.

A primeira parte do turno de fala pode, enganosamente, ser vista como um ato puramente informativo, cujo fim seria a relembração do que o homem teria dito e o acerto da base a partir de que se encadeia o enunciado seguinte. Ele seria apenas a constatação de um fato. No entanto, deve-se sentir sobre ele a entonação de reprovação e questionamento argumentativo que visa obter uma resposta positiva do tipo “eu quero”, resposta que, se não vier, permite encadeamentos que apontam para o descompromisso com a relação e para o egoísmo do homem no tocante às suas vontades. Na verdade, o enunciado tem um caráter afrontador, polêmico e persuasivo; ele busca não admitir que o outro possa responder “não”, mas que responda com aquilo que convém à mulher.

E a adjetivação qualificadora do enunciado seguinte, iniciada pelo relativo “que”, busca atingir o objetivo de afirmar que um filho é algo importante na vida de um casal, já que ele faz criar “laços” e, conseqüentemente, torna mais sólida a relação, meta que, aparentemente, ele não está propenso a perseguir. Ao invés, entretanto, de imaginar que o argumento apresentado favorável à conclusão “devemos ter um filho” tenha um sentido ontológico ou valor de verdade referencial e empírico, deve-se perceber que ele é apresentado à guisa de levar o interlocutor à concordância com o ponto de vista da locutora, alvo que, alcançado, a satisfaria. A euforia ligada, portanto, à existência de um filho num casal se deve, antes, à forma de representação da mulher em relação à maternidade do que ao fato biológico de dar a luz a alguém. Pode-se afirmar, então, que o enunciado qualificador tem objetivos sobrepostos: enaltece o fato de ser mãe e elogia a existência de filhos no casal, mas também acusa aquele que se recusa a tê-los de não dar valor à relação e estar descomprometido com ela. Trata-se, enfim, de fazê-lo deixar de ser resistente à concessão de algo que proporcionaria prazer à esposa.

No entanto, como mostra a segunda parte do episódio, ao invés de manter a posição, a mulher afirma ter “pensado muito” e ter chegado à conclusão de que “o parceiro é mais importante do que outras coisas para ela”. Isto não significaria menos do que estar abrindo mão de uma vontade por causa da relação: aparentemente, a tese da preocupação consigo mesmo, que estaria subjacente à relação amorosa, deixa de se sustentar, mas há que se considerar que, entre um prazer já existente e outro do qual ainda não se provou, em geral, opta-se pelo primeiro, ou seja: opta-se por manter uma satisfação assegurada em detrimento da sua perda e de um outro prazer sobre o qual não se está seguro que exista.

Mas se deve observar de que forma a renúncia alegada vem matizada e modalizada. Com “eu pensei muito”, a locutora chama a atenção para o esforço que teve de fazer e o volume de reflexões que teve de empreender para chegar àquela conclusão. De qualquer forma, ela estaria admitindo rever a sua posição, embora isto lhe custasse um grande trabalho em face da renúncia que deve fazer. Com “você é mais importante”, ela enaltece o parceiro, ao mesmo tempo em que é elogiosa com relação ao que sente por ele, construindo de si e do outro uma representação positiva e simulando colocar a relação afetiva de ambos em alto grau de consideração (cabe comentar que, talvez, aqui, a locutora esteja sendo o mais verdadeira possível, já que ela admite explicitamente a importância do outro, não porque ele está feliz, mas porque ele a faz feliz – e é isto que conta). Por fim, com a comparação entre “você e outras coisas”, a mulher faz o parceiro saber em que grau ela o tem e a que extremos chega para tê-lo para si (os parênteses anteriores poderiam ser transcritos aqui). Como se vê a renúncia momentânea a ter um filho, “que cria um laço entre o casal”, vem matizada por efeitos de sentido de autoelogio, de elogio ao outro, de demonstração de capacidade de renúncia e de altruísmo, o que, talvez, se possa afirmar não ser mais do que o véu que encobre a necessidade real de manter junto de si o objeto de prazer que permite que o amar a si mesmo se realize. Talvez o “amar ao próximo como a si mesmo” não seja um mandamento qualquer: ele põe diante de cada um a quase impossibilidade de permitir que o outro se ame na justa medida em que “eu” desejo que ele permita que “eu” me ame por meio dele.

Como comentário ao enunciado produzido pela mulher e, aparentemente, fazendo-se surdo ou não acreditando na argumentação dela, contrapõe-se o turno de fala do homem e, nele, pelo menos, duas questões chamam a atenção. A primeira se refere ao fato de ele, “eu”, se recusar a compartilhar a decisão da parceira, negando-se, com isso, a ter sobre os seus ombros o fardo de ser responsável por uma decisão desagradável e que parece ter custado muito a ela. Se o desenlace fosse, então, a concordância dele com a maternidade dela, poder-se-ia dizer que ela estaria sendo posta em primeiro plano, mas, até o momento, tal mudança não ocorreu. A recusa, portanto, de aceitar a renúncia da mulher não é um indício que aponte para o amor ao outro, mas para o amar a si mesmo, pois o que ele não deseja é a partilha de uma decisão que sabe que desagrada a parceira e, por consequência, pode, em determinados momentos, afetá-lo no seu contentamento costumeiro (se é que tal coisa existe). Pode-se, pois, afirmar que ele se encontra numa encruzilhada paradoxal, para a qual, até então, não deu o desfecho que terá de dar ou assumir: ou aceita um filho e, aparentemente, estará insatisfeito – dilema difícil – ou não aceita e terá a insatisfação da parceira pairando sobre si, embora tal insatisfação possa permanecer muda *ad eternum*. Essa é uma

escolha que, se os ânimos permanecerem idênticos, tome o rumo que tomar, desagradará a um dos dois, obrigando-os a, quem sabe, efetivamente se amarem no tocante à questão, porque, então, estarão abrindo mão do seu prazer em benefício do prazer do outro. É claro que se está pressupondo aqui um determinado conceito de amor (romântico e idealista; cristão, diriam certos teóricos); se ele fosse outro, as conclusões, é óbvio, seriam outras.

A segunda se refere à pressuposição enfática de que a não-possibilidade de ser mãe deve gerar a frustração dela. Talvez se pudesse conviver com a possibilidade de a mulher não ser mãe (de ela optar por não ser mãe) e, nem por isso, ser frustrada. Nesse sentido, pode-se afirmar que o discurso dele é atravessado pelo superego cultural e pelo inconsciente coletivo que lhe foi inculcado e que afirma que ser mulher e ser mãe são duas coisas logicamente decorrentes uma da outra e, caso a sua não realize a função esperada, ele será sancionado negativamente pela sociedade, seja pela sua “anormalidade”, seja pela desconfiança que pode pesar sobre a sua masculinidade – dúvida nada agradável. Enfim, assim como nos demais episódios, parece que o princípio de amar a si mesmo por meio do outro se mantém neste último, com elogios, críticas, renúncias, recusas, aceitações, ofensas e outros expedientes, não tendo outro objetivo que não o de exigir do parceiro que ele satisfaça àquilo que o outro espera dele para que possa estar satisfeito: um exemplo de amor exigente ao contrário.

Antes de concluir, é necessário que algumas ressalvas e observações sejam feitas, até porque, como a temática abordada é relativa a algo crucial do ser humano (as suas relações afetivas), o terreno é movediço e a situação de pôr um ponto final (provisório) num texto é bastante incômoda, deixando a sensação de que mais coisas faltaram do que foram recobertas e de que se tocou em algo delicado e polêmico, o que nunca é muito confortável, ainda mais porque, aparentemente, se chegou à verificação de algo que contradiz a percepção comum.

Sabe-se que, em diferentes contextos e culturas, em diferentes camadas sociais ou em diferentes formações discursivas e ideológicas, a realidade é lida de forma diversa, gerando atitudes e axiologias distintas, o que, inicialmente, obriga a reconhecer que o egocentrismo que se revela nos episódios analisados pode não se repetir em diferentes imaginários culturais. Quem sabe, nem no mesmo contexto cultural e, no limite, nem nas pessoas que produziram os eventos relatados, o que impõe o reconhecimento de que o princípio apresentado não pode ser pleiteado forçosamente como universal e mecânico, uma generalização apressada pode ser sempre catastrófica: trilhar o caminho com vagar pode ser uma boa recomendação. Dito de outro modo: se as análises apontam para um traço comportamental, não se pode pleitear que ele seja atemporal, anistórico e universal.

Por outro lado, como a terminologia usada indicia o campo de saber da psicanálise, pode-se ficar tentado a inferir que o trabalho pretenda se situar nesse veio teórico. Deve-se, pois, chamar a atenção para o fato de que este estudo não tem essa pretensão, e de que os termos que podem remeter à psicanálise não são usados no sentido técnico dado a eles por essa disciplina. Prova disso é que a psicanálise não aparece como base teórica de suporte, tendo-se feito a opção de evitar algum tipo de teorização sobre os protagonistas do discurso, recorrendo-se a autores que parecem manter uma certa neutralidade em relação a eles, tomando-os como entidades que devem ser recuperadas para que determinados eventos lingüísticos possam ser devidamente situados no tempo e no espaço, sem que o eixo dêitico assim constituído receba algum tipo de sobredeterminação teórica; chega-se assim à terceira observação.

Após as reflexões realizadas, não se quer (até por não se poder) ter de assumir se as atitudes egocêntricas que comandam os fragmentos de discussões amorosas analisados são comandadas por valores de ordem sociológica (determinadas por condições capitalistas de pensar, donde a apropriação individual e privatização das coisas e das pessoas, as atitudes tidas pelos interlocutores teriam como base a formação ideológica que os açambarca), de ordem psicanalítica (comandadas pela pulsão do prazer, as pessoas, quando liberadas e dando vazão ao seu inconsciente recalcado, manifestariam o que as comanda: a centralização na auto-satisfação em detrimento do outro; todos seriam seres “perversos”, embora um conjunto de mecanismos sociais busque levá-los a sublimar os seus desejos) ou de base antropológica (dirigidas pela memória evolutiva, elas teriam desenvolvido mecanismos de autoproteção e preservação, mantendo latente uma memória genética desenvolvida por milênios, de natureza combativa e bélica). Talvez o que ocorra seja uma mescla disso tudo, bem como de outras explicações das quais não se tem domínio. Eis a razão do incômodo de tomar posição e a escolha de uma base teórica mínima, deixando o objeto de análise, quando possível, enunciar a si mesmo.

Por fim, deve-se chamar a atenção para o fato de que, embora, às vezes, se use o termo “egoísmo” para caracterizar a relação amorosa revelada nos episódios analisados, prefere-se o termo “egocentrismo”, já que o primeiro possui conotações pejorativas e depreciativas em relação a quem é aplicado, com o segundo parecendo menos carregado de negatividade. Caracterizar uma atitude como egoísta é, além de nomeá-la, adjetivá-la negativamente e não se tem certeza de que pensar no próprio prazer e na satisfação de si mesmo seja realmente um defeito ou se esta é quase que a natureza ontológica do homem, embora não se desconheça que haja quem defenda que o homem é naturalmente bom, sendo a sociedade que o corrompe. Enfim, se, às vezes,

o termo “egoísmo” ocorreu ao longo do texto, não se tinha a pretensão de emitir um juízo de valor sobre a atitude, mas de elucidar um dos seus traços. É claro que simplesmente se poderia substituir o termo por outro, mas se prefere mantê-lo, por se saber que ele é utilizado, às vezes, para caracterizar as relações humanas, que (fazendo uma generalização perigosa), são egocêntricas no mais das vezes (nesse caso, “egoísmo” não teria razão para portar a carga negativa que o acompanha – em verdade, ele só possui tal traço, porque se parte de uma visão de como as coisas deveriam ser e não, necessariamente, de como elas são). Nesse sentido, quem estaria sendo mais egoísta: aquele que é caracterizado como tal ou aquele que lhe atribui tal perfil?

Resta, acredita-se, como balanço final, o ganho (talvez aparente) de ter obtido trazer à tona o que comanda as relações amorosas analisadas, no que tange aos seus momentos mais agudos de confronto: o pensar em si mesmo e na própria satisfação, em vez de pôr o outro como objetivo maior. E com esse ganho vem a possibilidade de reaplicar as afirmações feitas a outros dados observados, confirmando-as ou refutando-as, abrindo-se a possibilidade de refletir sobre os outros afetos humanos: seriam todos regidos pelo mesmo princípio comum e regulador? Seriam as relações afetivas humanas em geral egocêntricas?

REFERÊNCIAS

- BAR-HILLEL, Yehoshua. Expressões indiciais. In: DASCAL, Marcelo. *Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da Linguística*. Campinas: Global Universitária, 1982.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 1988.
- _____. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas: Pontes, 1989.
- BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.